



1 **ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às 14h15min, por
4 videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 101ª Reunião Ordinária
5 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 1.
6 Conferência de quórum; 2. Aprovar a Ata da 100ª Reunião Ordinária; 3.
7 Apresentação do Diagnóstico Preliminar do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio
8 Cuiabá - UPG P4; 4. Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 167, de
9 13 de julho de 2023, que institui critérios gerais na formação e funcionamento de
10 Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Mato Grosso; o PARECER CTGPar
11 03/2023; 5. Informes. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo em
12 substituição, Sr. Nédio Carlos Pinheiro e, assessorado pela Sra. Danielly Guia da
13 Silva, secretária do CEHIDRO. Registrou a presença dos seguintes Conselheiros:
14 Sra. Ellen Kenia Kuntze Pantoja, representante da **SEMA**; Sr. Rafael Vinicius
15 Rodrigues e Sra. Debora Aparecida Garcia Guedes, representantes da **SINFRA**; Sr.
16 Rogerio da Costa Arantes, representante da **SEAF**; Sr. Herman Menezes Cathalat
17 Filho, representante do **CREA**; Sr. Ibraim Fantin da Cruz e Sr. Frederico Terra de
18 Almeida, representantes da **UFMT**; Sra. Solange Aparecida Arrolho da Silva,
19 representante da **UNEMAT**; Sra. Luísa Guimarães Santos, representante da **ABES**;
20 Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sr. Kaio César Dias Bueno e
21 Sra. Bruna Moreira Dias Moura, representantes da **AMM**; Pamela Natália Cigerza
22 Martins Alegria, representante da **OAB**; Sr. Higor Hoffmann, representante da vaga
23 01 dos **CBH-RH Paraguai**; Sra. Camila Juliana da Silva Dias, representante da vaga
24 01 dos **CBH-RH Tocantins-Araguaia**; Sr. Rafael Pedrollo de Paes, representante
25 da **ABRHidro**; Sr. Walter Corrêa Carvalho Junior, representante do **IESCBAP**; Sra.
26 Anny Iasmin Souza Dornelles, representante da **FAMATO**; Sra. Kálita Cortiana
27 Seidel, representante da **FIEMT**; Sr. Roberto Juliano Serra, representante do
28 **SINDENERGIA/MT**; Sra. Brenda Samara Barros Pereira, representante do
29 **FONASC**; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite e Sra. Selma Arruda Cordeiro,
30 representantes do **Instituto Ação Verde**; Sra. Alessandra Panizi Souza e Sr.
31 Gabriel Dionísio Mancilla, representantes da **APROFIR**; e, Sr. Kassiano José Riedi,





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

32 representante do **SINECAL**. O Presidente declara aberta a reunião e passa a
33 conferência do quórum. Após, solicita a inclusão de pauta da deliberação quanto a
34 minuta de Resolução CEHIDRO nº 168, de 13 de julho de 2023, que aprova o
35 Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do período de 2022 do
36 Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas –
37 PROCOMITÊS, para o Estado de Mato Grosso. Que restou aprovada. O conselheiro
38 José Roberto solicita que seja incluído na pauta também um posicionamento da
39 SEMA quanto ao funcionamento do Sistema Siga Hídrico. O Secretário Executivo
40 diz que esse assunto pode ser tratado nos informes gerais. Na sequência, coloca
41 em deliberação a aprovação da ata da 100ª Reunião Ordinária do CEHIDRO. Que
42 restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma alteração. Em seguida, passou-
43 se a apresentação do Diagnóstico Preliminar do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio
44 Cuiabá - UPG P4. O professor José Álvaro da Silva dá início a apresentação
45 apontando a área de estudos; principais rios; área do CBH Cuiabá-ME. Diz que o
46 plano de ações será apresentado por sub-bacias, sendo elas: Alto Cuiabá, Manso,
47 Médio Cuiabá, Coxipó e Baixo Cuiabá, divididas de acordo com alguns critérios de
48 sub-divisão. Salienta que o diagnóstico inclui o levantamento de dados primários e
49 secundários referentes à caracterização da bacia hidrográfica, o que inclui o estudo
50 sócio econômico da UPG. Aponta que o estudo abrange o levantamento da
51 geologia, geomorfologia, pedologia, erosão, assoreamento e movimento de massa,
52 climatologia, disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, tipo de captação
53 utilizada na UPG. Elenca também outros estudos abordados: políticas de recursos
54 hídricos e os sistemas de gestão (nacional e estadual); SEMA (estrutura
55 organizacional e suas competências); CBH (competências); CEHIDRO (estrutura e
56 competências); Instrumentos da Política de Recursos Hídricos; Marco Legal do
57 Saneamento; Planos de Recursos Hídricos (PNRH, PERH, PRH Paraguai, PRH
58 UPG P2 e P3); Planos, Programas e Projetos Setoriais existentes; aspectos bióticos
59 e ictiofauna. Mostra fotos da realidade dos rios da bacia. Na sequência, o professor
60 Peter Zeilhofer passa a expor os dados obtidos a partir do monitoramento quali-
61 quantitativo. Aponta os pontos de monitoramento, sendo 13 córregos urbanos e 15
62 córregos do interior. Destaca a identificação de pesticidas nas amostragens. Diz



Assinado com senha por NEDIO CARLOS PINHEIRO - Secretário Executivo em substituição / Conselho Estadual de Recursos Hídricos - 18/09/2023 às 11:36:16 e MAUREN LAZZARETTI - SEC DE ESTADO / GSMA - 21/09/2023 às 09:50:38.
Documento Nº: 11693834-3800 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11693834-3800>



SEWADIC202338847



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

63 que de 35 moléculas monitoradas foram detectadas 15; que as concentrações foram
64 inferiores do que os limites legais; que o herbicida Atrazina foi detectado em todas
65 as amostras; que os córregos Mangavazinho e Cocal, que são áreas de expansão
66 da agricultura, são os mais afetados. Aponta que foi feito o monitoramento de
67 fármacos também, alguns com concentrações muito altas. Nas considerações
68 finais, os professores apontaram as principais preocupações em cada sub-bacia.
69 Na sub-bacia hidrográfica do alto Cuiabá: expansão agrícola; turismo e lazer
70 aquático; localização das nascentes; Cuiabazinho reprodução de peixes
71 migratórios; atuação de gestão; critérios para enquadramento. Usos
72 preponderantes: Piscicultura. Na sub-bacia hidrográfica do Manso: expansão
73 irrigação em áreas de conflito; áreas de solos vulneráveis; sedimentação do lago de
74 manso; reprodução de peixes no Cuiabá e Pantanal; enquadramento. Usos
75 preponderantes: irrigação e dessedentação. Na sub-bacia hidrográfica do médio
76 Cuiabá: possibilidade instalação de PCHs; transporte zero; uso e ocupação da terra;
77 piscicultura; expansão urbana; preservação da atividade pesqueira; microbacia dos
78 córregos urbanos; enquadramento. Usos preponderantes: abastecimento público.
79 Na sub-bacia hidrográfica do Coxipó: turismo e lazer aquático; balanço hídrico no
80 limite de equilíbrio; preservação da área de recarga das nascentes (Chapada dos
81 Guimaraes); microbacia dos córregos urbanos; enquadramento. Usos
82 preponderantes: abastecimento público. Na sub-bacia hidrográfica do baixo Cuiabá:
83 urbanização das margens do rio Cuiabá; transporte zero; uso e ocupação da terra;
84 piscicultura; expansão urbana; preservação da atividade pesqueira; ocupação de
85 áreas úmidas; enquadramento. Usos preponderantes: abastecimento público,
86 piscicultura e irrigação. Por fim, salientam a preocupação quanto a diferença
87 encontrada entre a Q95 da base de dados da SEMA e a Q95 obtida a partir do
88 monitoramento de alguns corpos d'água, com destaque para Chapada dos
89 Guimarães, que demonstrou a desatualização das informações da base de dados
90 da SEMA. O conselheiro José Roberto pergunta se nesse diagnóstico a equipe
91 conseguiu utilizar o banco de dados da SEMA, mais precisamente, se foi feito um
92 levantamento dos poços outorgados na bacia. O professor José Álvaro responde
93 que foi feito o levantamento, inclusive no trabalho se tem o shape de localização





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

94 desses poços. O conselheiro José Roberto diz que se preocupou com a questão
95 dos fármacos encontrado nas amostras. Pergunta como que ocorre essa
96 contaminação. O professor José Álvaro responde que se trata de poluentes
97 emergentes, a identificação e monitoramento são essenciais para se iniciar uma
98 discussão já que não temos uma legislação para definir limites. A professora Eliana
99 Rondon diz que o diagnóstico buscou estudos que já tinham sido realizados na
100 bacia referente a identificação desses poluentes. Então, o estudo de uma aluna do
101 mestrado, da professora Eliana, do professor Ebraim, está levantando os poluentes
102 emergentes. Explica que os poluentes emergentes são os antibióticos, os fármacos
103 em gerais, outros tipos de poluentes que a gente não tem na legislação nenhum
104 parâmetro de limite. O que quer dizer que a gente sabe que mais de mil compostos
105 são lançados diariamente no ambiente e com isso chegando nos mananciais. Então,
106 a ideia dos poluentes emergentes é saber o que mais que está aparecendo por aí,
107 até mesmo para balizar as novas resoluções. Salaria que não é para causar
108 nenhum tipo de pânico, a ideia é constatar o que vem aparecendo e a sua causa.
109 Destaca que temos na bacia o abastecimento superficial e a gente sempre fica
110 estudando e se perguntando se essas tecnologias conseguem ser barreira para
111 esses novos poluentes. Se as ETAS convencionais com suas respectivas unidades
112 de filtração conseguem ser essa barreira. Salaria que a ideia do diagnóstico é fazer
113 uma exploração disso, até onde estamos tendo pernas para isso, pois os custos
114 para esse tipo de monitoramento são altíssimos. Diz que a Vigilância Sanitária tem
115 um banco de dados onde são lançados os dados produzidos pelas prestadoras de
116 serviços de água e esgoto, porém, nós temos um grande problema, não só com
117 esse mas outros bancos de dados, que são erros de detecção, erros de digitação e
118 etc. A professora Eliana Dores, pode em uma outra oportunidade estar
119 apresentando quais são os impactos desses novos poluentes e se as informações
120 dos bancos de dados estão em conformidade com a realidade. Salaria que é um
121 assunto complexo, tanto do ponto de vista de identificação como do ponto de vista
122 de compreender o que realmente está acontecendo. O conselheiro José Roberto
123 diz que como Cuiabá é a principal usuária da água superficial tanto do rio Cuiabá
124 quanto do Coxipó, e está subordinada a fiscalização da AGER, seria importante que





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

125 esta apresentasse os monitoramentos tanto da captação como depois do
126 tratamento. Destaca que a análise que recebemos na ponta é uma análise
127 superficial de potabilidade. A professora Eliana Rondon diz que a agência
128 reguladora que cuida de Cuiabá é a ARSEC. Na verdade a AGER não faz nenhuma
129 regulação de nenhum sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
130 Explica que a ARSEC não faz o controle da qualidade, que fica por conta da
131 Vigilância Sanitária. Mensalmente o prestador encaminha os laudos completos,
132 diferente do que aparece na fatura de água. Diz que o prestador tem por obrigação
133 a cada seis meses fazer a análise de outros tipos de poluentes, inclusive os
134 agrotóxicos, e esses dados são enviados a Vigilância Sanitária. O Professor Ibraim
135 Fantin explica que quando se iniciou os estudos de como o fármaco chega na água,
136 a primeira hipótese era por excreção humana, mas no desenvolvimento da pesquisa
137 a gente observou que isso resulta da destinação incorreta dos resíduos
138 farmacêuticos, já que todo composto farmacêutico é metabolizado no organismo
139 humano. Propõe que seja incluído no plano essa interligação entre a qualidade da
140 água e os problemas que foram elencados pela destinação incorreta de resíduos
141 sólidos, com especial atenção aos fármacos. Defende que tem que ter uma
142 sensibilização da população em geral para não destinar os medicamentos no vaso
143 sanitário ou com resíduo sólido convencional. O conselheiro Gabriel Mancilla
144 pergunta quanto ao mapeamento hidrogeológico que foi apresentado e que
145 estratifica a disponibilidade hídrica, se foi recortada de alguma fonte de dados de
146 uma escala com menos detalhes ou se foi melhorada essa escala para poder se
147 atingir a área de estudo, e se teve algum acompanhamento de dados primários. O
148 professor Peter Zeilhofer responde que depende do tipo de dado. Diz que o banco
149 de dados de usuários tem uma agregação de parcelas distintas, de forma que tem
150 casos em que foi feita uma tentativa de projetar os dados disponíveis em cada
151 município para unidades espaciais mais detalhados. Cita como exemplo a pecuária,
152 onde se cruzou os dados disponíveis com os mapeamentos de usos da terra do
153 MapBiomas. Salaria que uma das maiores preocupações da equipe que está
154 realizando os estudos são as inconsistências dos bancos de dados. O conselheiro
155 Gabriel Mancilla pergunta como os professores enxergam o sistema de gestão de





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

156 recursos hídricos diante do que a equipe está levantando de dados e informações,
157 para que a SEMA tenha uma base confiável de dados. A professora Eliana Rondon
158 responde que a ideia do plano dentro do termo de referência é poder apresentar
159 uma proposta de um sistema de gestão para apoiar a tomada de decisão. Diz que
160 a equipe começou organizando e já está disponibilizado no site do NIESA um
161 sistema de informação onde estão sendo disponibilizados todos os dados obtidos
162 no diagnóstico através dos planos municipais. Diz que agora buscam fazer a
163 conexão desses indicadores com os da bacia, com o objetivo de obter uma base
164 única de dados para a tomada de decisão. Salienta que a SEMA dispõe de dados
165 importantíssimos que são os dados contidos nos licenciamentos e outorgas, que
166 são disponibilizados, mas não em sua totalidade. E se busca criar esse sistema
167 onde a SEMA possa disponibilizar esses dados em sua totalidade. Outro ponto, é a
168 busca por dados atualizados da regionalização de vazão. Diz que os CBHs não têm
169 a estrutura necessária, e aí entra a atuação da Universidade, que é uma grande
170 ajuda nesse processo. Destaca que essa parceria entre CBH, Universidade e órgão
171 gestor é de suma importância, para se obter resultados com maior facilidade. O
172 conselheiro Walter Junior diz que em uma reunião do Fórum Nacional de Comitês
173 de Bacias ficou claro que cada estado, cada região tem a sua peculiaridade e
174 grandes chances de que as soluções sejam únicas e individuais, ou seja, o que
175 serviu lá no Ceará, no Rio Grande do Sul ou São Paulo e etc., tem grandes chances
176 de não servir para Mato Grosso. De modo que, na maioria das vezes nós teremos
177 que criar soluções para os novos desafios e isso só será possível com a participação
178 cada vez mais maciça da sociedade, pensando fundamentalmente no
179 fortalecimento dos CBHs. Destaca que o diretor de instâncias colegiadas da ANA,
180 o Sr. Luiz Henrique, disse que a principal função do CBH é de estabelecer usos
181 prioritários, usos insignificantes, resolução de conflitos em primeira instância e
182 fomento a efetivação dos instrumentos, sendo que desses o plano é o de maior
183 importância. Enfatiza que o plano possibilita entender as reais problemáticas de
184 cada região. Questiona se o órgão gestor está preparado para acompanhar esse
185 avanço no mesmo patamar que a demanda da sociedade. A conselheira Ellen
186 Pantoja se manifesta quanto a base de dados da SEMA, utilizada como critério para





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

187 emissão das outorgas. Explica que foi feito através de uma regionalização de
188 vazões e para o estado de Mato Grosso todo, nós tínhamos apenas 69 estações
189 fluviométricas, então é claro que para pequenas bacias hidrográficas, como o do
190 Cachoerinha, a gente pode ter um distanciamento da vazão real que acontece
191 naquela bacia. Então, a ideia a 17 anos atrás quando a gente foi implementar a
192 outorga no estado, foi de não onerar o usuário da água, pois sabemos que o estudo
193 hidrológico é caro. Destaca que é muito bom que os planos estão sendo
194 desenvolvidos, que tenham medições, mesmo que seja de 10 meses, que possam
195 balizar e dizer quais bacias a gente precisa ajustar esses dados. Diz que a SEMA
196 está muito ciente disso e agradecemos, pois são essas iniciativas que vão melhorar
197 a nossa base de dados e dar condição de melhorar a ferramenta de tomada de
198 decisão. Destaca que a maior preocupação da SEMA é não emitir TACs sem fundos
199 com relação a outorga. Encerrada as perguntas, o Secretário Executivo agradece a
200 excelente apresentação do Diagnóstico Preliminar do Plano de Bacia Hidrográfica
201 do Rio Cuiabá - UPG P4. Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta, a
202 deliberação quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 167, de 13 de julho de
203 2023, que institui critérios gerais na formação e funcionamento de Comitês de
204 Bacias Hidrográficas no Estado de Mato Grosso. O Sr. Leandro Obadowiski Bruno,
205 presidente da Câmara Técnica de Gestão Participativa - CTGPar, expõe que a
206 mencionada minuta é resultado de mais de um ano de efetivo trabalho da CTGPar.
207 Ressalta que a atualização foi necessária devido às mudanças ocorridas nas Leis
208 que regulamentam a Gestão de Recursos Hídricos, em especial a Lei nº 11.088, de
209 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e
210 o Decreto nº 796, de 22 de janeiro de 2021, que regulamenta o Conselho Estadual
211 de Recursos Hídricos. Diz que a minuta contempla melhorias e adequações a nova
212 realidade observada, e que os membros da CTGPar se manifestaram favoráveis a
213 aprovação do texto proposto, sem ressalvas, pela plenária do CEHIDRO. A
214 conselheira Brenda Pereira, diz que não observou a paridade entre os setores na
215 minuta apresentada. O conselheiro Álvaro Leite, pergunta a conselheira Brenda
216 Pereira se sua dúvida é quanto a paridade ou cada ente representado. A
217 conselheira Brenda Pereira diz que se seguindo a Lei nº 9.433/1997 deve ter





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

218 paridade entre os setores. Defende que deve haver paridade entre os setores na
219 Comissão Pró-Comitê. O Sr. Leandro Obadowiski Bruno explica que a Comissão
220 Pró-Comitê é responsável por organizar os trabalhos que trará a organização do
221 CBH, sendo responsável por coordenar os trabalhos de mobilização e articulação
222 para a criação do novo CBH. Dentre as atividades da Comissão Pró-Comitê está o
223 de elaboração do regimento interno, onde estarão elencados os critérios de
224 paridade na composição do CBH. A conselheira Brenda Pereira propõe que se eleve
225 de uma para duas o mínimo de cartas de apoio a criação do CBH proposto do setor
226 de organizações não-governamentais. Pergunta o que é esperado quanto a
227 sustentabilidade financeira do CBH. O Sr. Leandro Obadowiski responde que esse
228 item sustentabilidade financeira corresponde ao fato de o CBH ter recursos para ao
229 menos ter a capacidade operacional disponível para que ele possa atuar na gestão
230 dos recursos hídricos. Salienta que esse quesito será avaliado quando da criação
231 de um CBH. O Secretário Executivo coloca em votação a proposta da conselheira
232 Brenda Pereira. O conselheiro Walter Junior salienta que a minuta esteve em
233 discussão na CTGPar por mais de um ano, e com certeza há uma razão para que
234 se tenha proposto dessa forma. Vota pela manutenção do texto apresentado pela
235 CTGPar. Por fim, restou aprovado, por maioria dos votos, a manutenção do texto
236 apresentado pela CTGPar. Colocada em votação a minuta de Resolução CEHIDRO
237 nº 167, de 13 de julho de 2023, que institui critérios gerais na formação e
238 funcionamento de Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Mato Grosso, a
239 mesma restou aprovada por unanimidade, sem nenhuma alteração. Após, passou-
240 se ao item de inclusão de pauta, a minuta de Resolução CEHIDRO nº 168, de 13
241 de julho de 2023, que aprova o Relatório Anual de Certificação do Alcance das
242 Metas do período de 2022 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês
243 de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS. O Secretário Executivo passa a palavra
244 ao Sr. Leandro Obadowiski, para que exponha os termos do PARECER CTGPar
245 04/2023 e faça a apresentação das metas de 2022 do PROCOMITÊS. O Sr.
246 Leandro Obadowiski inicialmente informa que a CTGPar analisou a solicitação
247 constante no Ofício 023/2023/CBH-ME, que trata da ampliação de área de
248 abrangência do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

249 do Rio Cuiabá. Decidindo por: “a CT entendeu que as justificativas apresentadas no
250 ofício supracitado são válidas, e manifesta-se favorável ao pleito, ao tempo em que
251 solicita que o CBH envie todos os documentos referentes a demanda; Informa-se
252 ainda que a minuta de resolução da ampliação solicitada será elaborada por essa
253 CT, após o recebimento da documentação; A CT ainda delibera a necessidade de
254 avaliar juntamente ao CBH-ME à nova realidade, e nesse sentido será convocada
255 uma reunião com os membros do referido comitê, em data a ser definida”. Nesse
256 sentido, considerando a aprovação da Resolução CEHIDRO nº 167/2023, o CBH
257 Cuiabá-ME deverá encaminhar ao CEHIDRO toda a documentação necessária para
258 a ampliação do mesmo, nos termos da recém aprovada Resolução CEHIDRO nº
259 167/2023. Salaria que após o atendimento dos encaminhamentos, a CTGPar
260 encaminhará a solicitação do CBH Cuiabá-ME para análise da plenária. Na
261 sequência, inicia a apresentação das metas de 2022 do PROCOMITÊS: faz um
262 breve relato histórico acerca do PROCOMITÊS; explica o seu funcionamento; o
263 aporte de recursos; as metas a serem alcançadas pelos Comitês; como funciona o
264 cálculo da pontuação; descreve o desempenho do estado até o presente momento;
265 descreve o planejamento para o alcance das metas; aponta os instrumentos de
266 Gestão; as plataformas da ANA, que devem ser alimentadas com informações dos
267 CBHs; explica o processo de Certificação 2022; a pontuação alcançada por cada
268 um dos 10 CBHs. Finda a apresentação, o Secretário Executivo salienta que essa
269 é a última prestação de contas do PROCOMITÊS, pois a ANA, por ora, não mais
270 dará continuidade ao programa. Após, coloca em votação a minuta de Resolução
271 CEHIDRO nº 168, de 13 de julho de 2023, que aprova o Relatório Anual de
272 Certificação do Alcance das Metas do período de 2022 do Programa Nacional de
273 Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, que restou
274 aprovada, por unanimidade, sem nenhuma alteração. Na sequência, passou-se ao
275 último item da pauta, os informes. O Secretário Executivo informa que o governador
276 do estado, Mauro Mendes, assinou em 05/07/2023 o Pacto pela Governança da
277 Água, para fomentar proteção dos recursos hídricos de Mato Grosso. Destaca que
278 Mato Grosso é o primeiro Estado do Centro-Oeste a firmar a cooperação com a
279 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), bem como foi o primeiro



Assinado com senha por NEDIO CARLOS PINHEIRO - Secretário Executivo em substituição / Conselho Estadual de Recursos Hídricos - 18/09/2023 às 11:36:16 e MAUREN LAZZARETTI - SEC DE ESTADO / GSMA - 21/09/2023 às 09:50:38.
Documento Nº: 11693834-3800 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11693834-3800>



SEWADIC202338847



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

280 estado a assinar o contrato do 3º ciclo do PROGESTÃO. Quanto ao Siga Hídrico,
281 diz que leu a manifestação pública onde são elencados todos os problemas
282 apresentados pelo sistema desde o seu lançamento em 2021. Ocorre que, a
283 implementação do sistema Siga Hídrico foi necessária, fomos cobaia na
284 implementação do sistema na SEMA, o sistema apresentou sim problemas, mas
285 todos foram ou então sendo solucionados pelos desenvolvedores. Salienta que
286 atualmente tanto o público externo quanto o interno, estão conseguindo trabalhar.
287 É fato que, os problemas apresentados pelo sistema acarretaram em um passivo
288 elevado de processos. No entanto, atualmente o sistema está funcionando.
289 Apresenta problemas pontuais, que os desenvolvedores do software juntamente
290 com a STI/SEMA estão resolvendo junto a SEFAZ. Esse problema diz respeito a
291 demora na compensação dos boletos pagos e o reconhecimento dentro do sistema
292 Siga, para transformar a demanda em processo. Diz que o principal desafio da
293 SEMA hoje, para o melhor encaminhamento do Siga, está pautado nessas questões
294 internas, mas que estão sendo resolvidas. Diz que os técnicos estão empenhados
295 em retornar o passivo para o nível que se encontrava antes da implementação do
296 Siga Hídrico. Salienta que a SEMA possui o prazo de 180 dias para finalizar a
297 análise de um processo. E existem poucos casos em que esse prazo foi
298 ultrapassado. Diz que existe a falta de pessoal, mas acredita que nos próximos seis
299 meses haverá a regularização do tempo de análise. O conselheiro José Roberto diz
300 que a AGEMAT é onde se reúne os geólogos mais voltados para essa área de
301 outorga, e diariamente se vê no grupo de whatsapp geólogos insatisfeitos com o
302 sistema. Diz que a dificuldade é imensa, que os processos protocolados estão
303 demorando demais, tanto a autorização quanto a outorga. Pergunta se a SEMA tem
304 uma estatística dos processos que estão entrando e saindo do setor de outorga. Diz
305 que tem uma estatística feita por um dos geólogos membros da AGEMAT. O
306 Secretário Executivo diz que a SEMA possui sim um levantamento, que inclusive
307 esse gráfico feito pela AGEMAT é fruto dos dados disponibilizados pela SEMA. O
308 conselheiro José Roberto diz que segundo esse gráfico, esse ano deram entrada
309 13.610 processos e saíram 6.136, ou seja, menos da metade. Diz que achou esse
310 número muito grande, razão pela qual gostaria que a SEMA informasse esses





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

311 dados, dos que deram entrada e os que foram liberados. O Secretário Executivo diz
312 que concorda que teve um acúmulo grande de passivo, em razão da instabilidade
313 do sistema. Porém, esse passivo será resolvido nos próximos seis meses, conforme
314 acordado no setor. Diz que achou esses números apresentados muito elevados,
315 mas se compromete em rever esses dados. Salienta que o sistema agora está nos
316 eixos, está funcionando e o setor de outorga se comprometeu em nos próximos seis
317 meses resolver o passivo e retornar a atender em um prazo razoável de resposta
318 dos processos. O conselheiro José Roberto diz que esse assunto deve ser tratado
319 como algo emergencial, pois a atividade econômica do estado, muitas delas,
320 dependem da outorga para poder caminhar. A outorga empata muitos
321 empreendimentos econômicos, que estão aguardando. Diz que a outorga de água
322 superficial é bem mais rápida, teoricamente, pelo menos deveria ser. Mas quando
323 se fala em poço é mais demorado, pois precisa de autorização, precisa construir o
324 poço, precisa aprovar a vazão, é um processo que demora alguns meses. Diz que
325 essa carta aberta que foi feita, através de uma reunião no CREA, onde se discutiu
326 em envolver a assembleia, o governador, porque a situação está muito crítica. O
327 Secretário Executivo diz que hoje em dia o processo de análise é mais demorado
328 mesmo, pois não há disponibilidade como antigamente. Salienta que poços de
329 grande vazão, principalmente, são complexos e exigem uma análise mais
330 detalhada, uma vez que o estado deve emitir outorga com responsabilidade, para
331 preservar o aquífero. Diz que o estado está buscando informações com a
332 elaboração do mapa hidrogeológico em escala de gestão, para que tenhamos mais
333 ferramentas para dar celeridade e segurança. Diz que a água subterrânea tem que
334 ser usada com sustentabilidade, não podemos retirar mais do que a recarga.
335 Salienta que a preocupação da SEMA como gestora é essa. O conselheiro José
336 Roberto diz que existe a falta de pessoal e também a parte burocrática que
337 atrapalha bastante, mas acredita que se deva fazer uma força tarefa, talvez
338 contratar mais pessoas. Diz que agora temos o FEHIDRO que talvez possa ser
339 usado para a contratação de pessoal. O Secretário Executivo diz que essa demanda
340 já foi feita, e está em processo de análise. A conselheira Ellen Pantoja diz que, como
341 analista de meio ambiente que está usando o Siga, o sistema vem melhorando. Foi





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

342 traumático a implementação do Siga, no que tange a outorga superficial, nós
343 tivemos oito meses sem poder emitir nenhuma outorga dentro do sistema, porém
344 hoje a outorga superficial já está analisando dentro do prazo legal de 180 dias.
345 Afirma que a equipe é altamente comprometida, que estão se esforçando ao
346 máximo para minimizar esse passivo, essa situação que foi a implementação do
347 Siga. Diz que a gente entende toda essa situação, não só do produtor como dos
348 responsáveis técnicos, a gente se solidariza. Mas o que nós podemos fazer
349 enquanto equipe, estamos fazendo. O Sr. Marcio Tortorelli diz que o prazo de 180
350 dias é tempo demais para se analisar uma solicitação. Destaca que o empreendedor
351 que paga seus impostos não pode esperar por todo esse tempo. Solicita agilidade
352 nas análises. O conselheiro José Roberto solicita que se destine um canal de
353 atendimento quanto a problemas do sistema Siga Hídrico. O Secretário Executivo
354 responde que já existe um procedimento. Explica que o solicitante que verificar uma
355 falha no sistema, deve informa-la ao setor de atendimento e esse setor fará um
356 documento a ser enviado para o desenvolvedor do sistema, para que o mesmo
357 possa resolver. O conselheiro José Roberto solicita que o CEHIDRO seja informado
358 quanto ao passivo de processos e qual mês está sendo analisado pelo setor de
359 outorga. O Secretário Executivo se compromete a informar os dados atualizados. O
360 conselheiro José Roberto pergunta como está o processo do estudo do mapa
361 hidrogeológico. O Secretário Executivo informa que o mesmo segue nos processos
362 burocráticos internos da SEMA. O conselheiro Álvaro Leite convida todos a
363 participar da apresentação presencial do Diagnóstico Preliminar do Plano de Bacia
364 Hidrográfica do Rio Cuiabá - UPG P4 na sede da FIENT, e terem a possibilidade de
365 tirar suas dúvidas pessoalmente com alguns membros da equipe de elaboração do
366 estudo. Por fim, nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerra a
367 reunião às 17h08min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que será assinada
368 pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos
369 Hídricos – CEHIDRO.

370

371 **Mauren Lazzaretti**
372 Presidente do CEHIDRO

Nélio Carlos Pinheiro
Secretário Executivo do CEHIDRO *em substituição*



Assinado com senha por NEDIO CARLOS PINHEIRO - Secretário Executivo em substituição / Conselho Estadual de Recursos Hídricos - 18/09/2023 às 11:36:16 e MAUREN LAZZARETTI - SEC DE ESTADO / GSMA - 21/09/2023 às 09:50:38.
Documento Nº: 11693834-3800 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11693834-3800>



SEMADIC202338847